COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 10.261, DE 2018

Altera a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Autores: Deputados RODRIGO GARCIA E OUTROS

Relator: Deputado JULIAN LEMOS

I - RELATÓRIO

Trata-se o presente projeto de lei sobre alteração da Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Os Autores, em sua justificação, esclarece que a proposição em apreço destina-se a: introduzir vedação à aplicação, nos casos de violência sexual contra criança ou adolescente, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa; agilizar os procedimentos adotados durante a apuração de infrações que envolvam violência sexual contra crianças e adolescentes; aperfeiçoar a linguagem adotada na definição das medidas de proteção a serem concedidas pela autoridade judicial competente; estipular novas medidas de proteção a serem apreciadas pela autoridade judicial competente; definir como infração criminal autônoma o descumprimento de medidas de proteção determinadas com base na Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017; obrigar que pais ou responsáveis por menores que tenham sofrido violência sexual sejam notificados dos atos processuais relativos ao autor da

violência; e admitir que as medidas de proteção elencadas na Lei possam ser deferidas de ofício pelo juiz.

Apresentado em 16 de maio de 2018, a 29 do mesmo mês o projeto foi distribuído às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Seguridade Social e Família (CSSF) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), esta visando, além da análise do mérito, também para efeito do disposto no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), sujeito a apreciação do Plenário, sob o regime de tramitação ordinária.

Tendo sido designado como Relator, em 27/03/2019, cumprimos o honroso dever neste momento.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É da alçada desta Comissão Permanente a análise do mérito de matérias afetas ao sistema penitenciário, legislação penal e processual penal, do ponto de vista da segurança pública, nos termos do disposto no RICD (art. 32, inciso XXI, alínea 'f').

O enfoque deste parecer, nesse passo, será o do mérito segundo a vocação temática da CSPCCO, ficando a análise acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa a cargo da comissão pertinente, a CCJC.

Cumprimentamos os ilustres Autores pela preocupação em aperfeiçoar o ordenamento jurídico, no sentido de conferir mais proteção a toda a sociedade, mediante a adoção de medidas que visam garantir os direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Ratificamos os argumentos apresentados pelos Autores em sua justificção. É necessário o aperfeiçoamento das medidas protetivas passíveis de solicitação pela autoridade policial. Deve-se dar especial atenção às vítimas, reconhecendo aquelas que estão na iminência de sofrer um abuso ou violência.

A proposição destaca, corretamente, as hipóteses que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, disciplinando-as de forma oportuna. Outro ponto de destaque é a definição das responsabilidades das autoridades policiais e judiciárias, além das do Ministério Público.

Por fim, o projeto de lei em apreço estabelece o tipo penal para o descumprimento de decisão judicial que defere medidas de proteção, definindo, também, a pena para tal crime.

Feitas essas considerações, votamos pela **APROVAÇÃO** do **PROJETO DE LEI Nº 10.261/2018**.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado JULIAN LEMOS
Relator